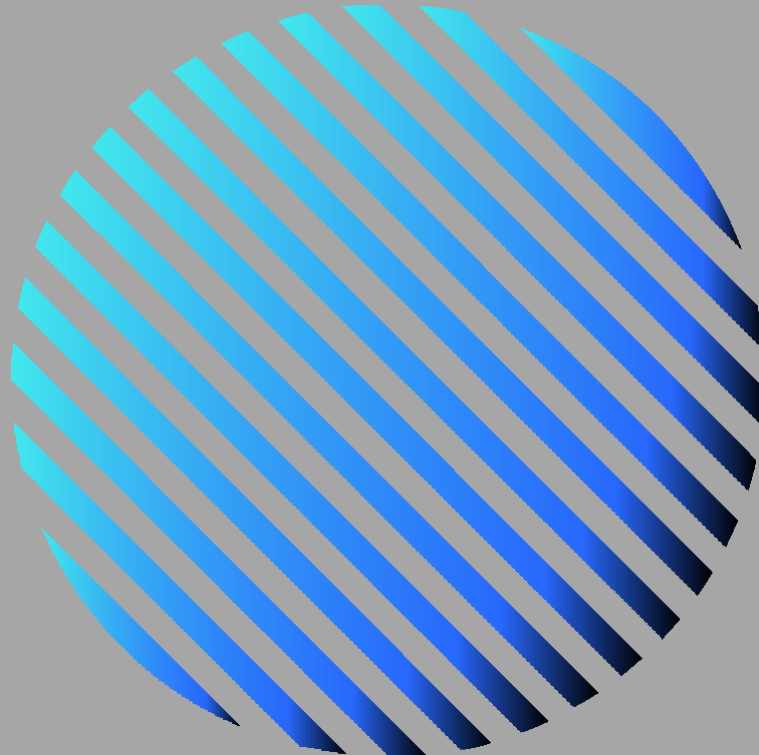


Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia (LMSM)

Boletim do LMSM

Número 1 - 2021



LMSM é Vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia
Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (PPGSP
IUPERJ/UCAM)

BOLETIM Nº 1

Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia (LMSM)

Organização

Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira

Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia (LMSM)
Boletim nº 1
Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro – IUPERJ / UCAM
2º Semestre de 2021
Páginas: 1- 38

SUMÁRIO

1. Apresentação p. 4
2. A opinião pública em disputa - Osvaldo Moreira da Silva p. 5-9
3. Resistência à vacina: as controvérsias de ontem e de hoje - Maximiliano Martins Pinheiro p. 10-20
4. Os impactos causados pela política neoliberal nos movimentos sociais –
Richarde dos Santos Franco p. 21-29
5. Autoritarismo em tempos de pandemia: Bolsonaro e o Covid 19 - Fernando
Vieira p. 30-38

APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia edita a revista eletrônica, ENTROPIA (www.entropia.slg.br). Entretanto, ficou claro para os pesquisadores do LMSM que a revista apresenta um escopo mais limitador, na medida em que se adequa às métricas e normas que pautam as revistas acadêmicas.

Se por um lado Entropia se fortalece e ganha respeitabilidade enquanto divulgadora das pesquisas, por outro ela acaba excluindo a possibilidade de publicar ensaios oriundos das pesquisas que não se enquadram no rigor acadêmico.

Considerando tal fato, o LMSM apresenta seu boletim. Uma publicação que se abre a jovens estudantes que buscam formar-se enquanto pesquisadores e que terão no boletim um espaço para reflexões. Espaço também aberto a pesquisadores mais maduros e que não se prendem à tirania produtivista que hegemoniza a academia brasileira.

Sem a pretensão de ser uma publicação dos estratos mais altos e com o desejo de ver circular ideias, leituras e assistir o desabrochar de novos pesquisadores, o LMSM oferece a seu público seu Boletim n° 1.

OPINIÃO PÚBLICA EM DISPUTA

Oswaldo Moreira da Silva¹

A pesquisa “Opinião pública em disputa: o telejornalismo da Globo e as eleições de 2018 apresentada na dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em sociologia política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Candido Mendes analisa o “telejornalismo militante, comprometido com a tradição dos meios de comunicação de massa de preservação da ordem social”.

O Brasil que eu quero para o futuro foi concebido de forma a explorar esse potencial da televisão ao estimular a participação dos telespectadores através do envio de vídeos de 15 segundos sobre o que esperam para o futuro do país. O objetivo do projeto busca influenciar tanto as instituições quanto os telespectadores sobre *o que ver* e principalmente *como ver* o Brasil e o mundo.

Nesse sentido, no presente artigo, apresentarei as referências teóricas para o tema abordado e faz um resumo do *estado da arte* sobre os meios de comunicação e opinião pública entre e os principais conceitos e as principais escolas que se debruçam sobre o tema.

As pesquisas Nortes-Americanas sobre as teorias de comunicação têm na Escola de Chicago e na Escola de Palo Alto, estudos sobre o *interacionismo simbólico*, seus principais expoentes ligados ao que ficou conhecido como meios de comunicação de massas (*Mass Communication Research*).

Na escola de Frankfurt, os debates partiam de uma inversão do olhar sobre o problema

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Candido Mendes (2013). Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2019). Mestrando em Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil.

abordado ao analisar os *usos e gratificações* ao perguntar “qual o uso que as pessoas fazem dos meios de comunicação?” Ocorrendo, portanto, uma *mediação*² a luz de cada processo histórico.

Na França, os temas envolvendo a cultura e massa, a indústria cultural, mídia e comunicação são atravessados por outras disciplinas como a sociologia, a antropologia, linguística, filosofia, ciências políticas etc.

Através do *Centre Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Inglaterra teve destaque para a pesquisa o modelo de *codificação/decodificação* de Stuart Hall que considera um amplo espectro da comunicação midiática envolvendo a cotidianidade familiar, a temporalidade social, e a competência cultural como referência de abordagem.

Considerando o estado da arte sobre os meios de comunicação de massa e por considerar diferentes domínios de conhecimentos o tema tem sido objeto de vários grupos de pesquisas do meio acadêmico. Tomar a televisão como objeto de pesquisa significa ter em conta a dinâmica do contexto social, político e econômico em que a televisão disputa a influência sobre a opinião pública.

Os conceitos de agendamento e enquadramento utilizados na pesquisa explora aspectos dos vídeos que sugerem interpretações e contribuições para que o telespectador construa simbolicamente a estrutura do mundo que o envolve onde as análises iniciais (agendamentos) e finais (enquadramento) constituem um quadro interpretativo institucional e profissional construído para intervenção da emissora disputando as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos estão inseridos (familiares, amigos, associativas, culturais, religiosas e as novas mídias sociais).

Além disso, irei analisar a mudança de paradigma na comunicação de massa que

² Hall, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais, Liv. Parte 4 – Teoria da recepção.

era dominada pela mídia impressa e que vai perdendo terreno nas décadas de 50 e 60 para a televisão como veículo de comunicação de massa e formadora da opinião pública entrelaçando a estrutura social, sistemas de poder e modelos de valores.

A televisão entrou na vida dos brasileiros através da dramaturgia das telenovelas. Se, por um lado, de grande influência no imaginário popular, as telenovelas não ultrapassavam o contexto temporal da cultura que buscava representar, por outro, o telejornalismo era visto como pouco atrativo tanto como estratégia comercial como formador de opinião.

Era necessário repensar a estratégia. Em 1969 a TV Globo coloca no ar o Jornal Nacional, espremido entre duas telenovelas, reunindo no mesmo ambiente as famílias brasileiras.

A estratégia deu resultado e os números sobre a televisão no Brasil impressionam. Segundo o IBGE, em 2016, a posse de televisão já estava quase universalizada nos domicílios do país. Somente 2,8% não dispunham de televisão.

Tamanho poder de comunicação exigiu que se pesquisasse os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. A pesquisa brasileira de mídia realizada pela secretaria de comunicação do Governo da presidenta Dilma revela que a televisão segue como o meio de comunicação predominante sendo que 95% dos entrevistados afirmaram ver TV em média 4h31mm por dia e que 79% assistem para se informar.

Por outro lado, a ameaça das mídias sociais ao poder hegemônico conquistado pela televisão vai reorientar a ligação com a sociedade. Podemos afirmar que as mídias sociais se apresentam como uma espécie de comunidade interpretativa que vai além da comunidade nacional abarcada pela televisão. Elas irão formar *tribos* de seguidores que se identificam por atividades que vão expressar o olhar de segmentos específicos: tais como, classes, gênero, raça, entre outros.

As jornadas de 2013 disparou o alerta sobre a perda de hegemonia da televisão na formação da opinião pública. Do ponto de vista político, a propaganda computacional está em rápido desenvolvimento e desempenhará um papel cada vez maior em relação a tradicional campanha com base no tempo de exposição na televisão.

Novamente, diante do novo cenário, era necessário mudar a estratégia com base em dois pilares: a estratégia comercial e na disputa da opinião pública.

Para a estratégia econômica/comercial, foi desenvolvido o projeto *milhões de uns* de forma a consolidar a audiência, manter e atrair novos investidores. Segundo o principal executivo da empresa, o projeto singulariza para o patrocinador o consumidor em potencial, suas preferencias e hábitos de consumo de forma a identificar em que nichos de audiência devem investir de forma a transformar conhecimento em negócio de forma a influenciar decisões e hábitos de consumo a partir de seus interesses.

A dependência econômica dos meios de comunicação, em especial a televisão, cria uma relação promiscua que torna praticamente impossível a convivência com os princípios de um jornalismo isento e comprometido apenas com a notícia. É na verdade a mercantilização da informação. A maior parte da renda da indústria de comunicação é oriunda da propaganda dos grandes anunciantes. Fica fácil concluir que o conteúdo, a forma e o horário da programação trazem em seu interior a marca do patrocinador. A televisão não produz cultura, produz mercadoria que depende de investimentos e marketing. O objetivo é criar um mercado consumidor atraente para os patrocinadores. A televisão influencia como devemos viver, amar, criar os filhos, cuidar da saúde do corpo e da mente. Mesmo a infância que antes era repleta de brincadeiras lúdicas fora de casa, foi arrancada das ruas, do quintal, da relação social com outras crianças para o isolamento de uma infância criada pelo aparelho de TV na sua resignificação como uma babá eletrônica.

A estratégia do projeto *O Brasil que eu quero para o futuro* tem como objetivo utilizar a audiência conquistada pela emissora de forma a aumentar a influência política e ideológica na construção de um discurso hegemônico no cenário político eleitoral nas eleições de 2018 apostando nos dados de que 79% da população assistem televisão para se informar e 72% se informam através da TV aberta. A emissora mais vista pelos que responderam à pesquisa é a TV Globo, mencionada por 73% dos entrevistados, seguida pelo SBT (36%) e a Record (32%).

O projeto estimulava o telespectador a enviar um vídeo de seu município expressando seu pedido sobre o que espera do Brasil a partir do ano em que novos governantes estarão no poder. O objetivo era envolver os 144 milhões de eleitores nos 5.570 municípios de forma a responder que país esperam para o futuro?

Ao total foram 122.212 pedidos de 50 mil vídeos de 99,5% das cidades brasileiras. A ideia do projeto foi criar uma plataforma política, um programa de governo que pudesse pautar tanto os eleitores quanto os candidatos. O Jornal Nacional repetiu em quase todos os enquadramentos que o projeto *O Brasil que eu quero para o futuro* desenvolveu uma *nova forma de exercer a cidadania*, o que significa, um jornalismo militante que extrapola a pretensa imparcialidade do campo jornalístico.

Conclusão

A televisão é um instrumento político/ideológico que busca construir consensos na sociedade e reproduzir valores socialmente hegemônicos. No entanto, a televisão e sua enorme audiência não se traduzem automaticamente em um instrumento de formação direta de uma opinião pública. A opinião pública está em permanentes disputas em um ambiente político cada vez mais dominado por novas tecnologias que influem na formação de redes de sociabilidades para além de seu alcance.

RESISTÊNCIA À VACINA: AS CONTROVÉRSIAS DE ONTEM E DE HOJE

Maxmiliano Martins Pinheiro³

Nesse cenário da pandemia causada pela Covid-19, ao longo de 2020 e de 2021, temos assistido as mais diversas e inimagináveis manifestações em torno da possibilidade do contágio do vírus, o que tem suscitado acalorados debates consoantes à abertura de estabelecimentos, escolas, universidades, atividades culturais, entre outros; e da promoção de uma vacina eficaz que produza anticorpos para combater SARS-Cov2, doença resultante do coronavírus. É sobre este último ponto que esse texto almeja abordar, mostrando que a resistência contra vacinas não é um fenômeno social novo no Brasil republicano, embora as conjunturas sócio-políticas desvelem que tais motivações ocorreram por razões bem diferentes.

Pelos motivos acima assinalados, nossa análise tem como objetivo examinar o cenário político e social que sustentou a Revolta da Vacina de 1904 e as recentes manifestações de segmentos bolsonaristas perante as medidas sanitárias contra a disseminação da Covid-19, o que inclui a possibilidade de algumas vacinas. Cumpre salientar desde já que esse texto não pretende abordar todos os acontecimentos que resultaram da trama história, pois repousa numa abordagem sociológica, mas tão-somente indicar que tanto as circunstâncias temporais assim como os intuitos dos atores sociais participantes, nos diferentes contextos, eram bem singulares, embora possam ser verificadas externamente algumas confluências entre esses protestos.

³ - Mestrando em Sociologia política no Programa de pós Graduação em Sociologia Política do IUPERJ/UCAM.

Os crônicos problemas relativos à insalubridade do Rio de Janeiro, no início do século XX, precisavam ser enfrentados com afinco, sob a condição de colocar por terra todo o restante do projeto de modernização urbana da capital da República, que estava assentado no arranjo “médico-engenheiro”. Os principais perigos da insalubridade eram representados pela febre amarela, varíola, cólera, peste bubônica, tuberculose, que atacavam indistintamente os diversos segmentos sociais. O novo projeto, implantado em 1903, durante a administração de Rodrigues Alves, inclinava-se especificamente ao combate dessas moléstias e passaria a ser coordenado pela Diretoria Geral da Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça, sob o comando do médico-sanitarista Oswaldo Cruz.

No entanto, apesar de não consubstanciar a primeira intervenção estatal nas questões sanitárias, tal projeto de saúde pública já desvelava debilidades no início da sua execução. Segundo Marina Gusmão de Mendonça, o próprio combate às moléstias indicava um tratamento elitista perante a população que habitava na grande capital:

Excluía-se do projeto as moléstias cuja origem estivesse diretamente vinculada às condições de vida e de trabalho, como é o caso da tuberculose. Ao mesmo tempo, a intervenção estatal passou a se orientar, quase exclusivamente, à zona central do Rio de Janeiro, justamente a área cuja insalubridade provocava os maiores transtornos aos projetos governamentais, tanto que os habitantes dos subúrbios foram praticamente excluídos das grandes preocupações dos organismos de saúde pública, o que revela, desde logo, o sentido eminentemente elitista da modernização e do saneamento da capital. (MENDONÇA, 1992: 46)

Tal intervenção sanitária gerou sérios descontentamentos nos mais diversos segmentos da população do Rio de Janeiro. Começando pelos estratos da grande e pequena burguesia que se opuseram às medidas sanitaristas dos órgãos públicos, uma vez que essas classes as consideraram contrárias às prerrogativas constitucionais que asseguravam a propriedade privada e os direitos individuais (ibidem: 46). No entanto, as

classes populares foram as mais prejudicadas por esse projeto de remodelação e saneamento da cidade, apesar dos sucessos obtidos no combate ao mosquito da febre amarela:

A necessidade premente e a eficácia da verdadeira guerra ao mosquito são indiscutíveis, pois se na epidemia de 1891 a mortalidade foi de 4. 454 pessoas, em 1904 esse índice foi reduzido para 48, no Rio de Janeiro. Todavia a população pagou um preço excessivamente alto por esses resultados, uma vez que, durante a obra de saneamento, a Saúde Pública fechou mais de 600 habitações coletivas, que abrigavam cerca de 13 000 pessoas, e a prefeitura demoliu por volta de 20 casas, desalojando mais de 1 000 moradores. (ibidem: 48)

Por essas razões entre muitas, eclode, em novembro de 1904, uma ação popular denominada “Revolta da Vacina” que foi engendrada pelos cidadãos que se viam afetados diretamente diante dessas medidas de saúde e, por conseguinte, estavam dispostos a ir até as últimas conseqüências para conquistar seus direitos. Entre os segmentos que se rebelaram contra a implantação da vacina obrigatória contra a varíola, destacaram-se: os militares jacobinos, operários e positivistas. Conforme José Murilo de Carvalho, os militares florianistas, o tenente-coronel Lauro Sodré e o major Barbosa Lima, após a aprovação do projeto da obrigatoriedade da vacina, recrudesceram a oposição contra o governo de Rodrigo Alves e contra as oligarquias estaduais, consolidando uma frente pela purificação da república (CARVALHO, 2004: 96-97).

No caso do grande operariado, muitos faziam parte do chamado “Centro das Classes Operárias” que tinha feição popular embora heterodoxa. Carvalho ressalta que para as brigadas sanitárias “os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica (ibidem: 94). Portanto, essas brigadas perturbaram a vida de milhões desses moradores que se depararam na triste condição de abandonar seus lares quando condenados à demolição ou reformá-los segundo os protocolos sanitaristas. Sem contar que Pereira Passos, em querer transformar a capital na nova Paris, determinou medidas que interferiram no cotidiano das pessoas mais

pobres, sobretudo os ambulantes e os mendigos (ibidem: 95).

Os positivistas, por sua vez, figuraram o grupo opositor com maior manancial ideológico. Com efeito, a crítica intransigente do Apostolado Positivista do Brasil se alicerçava sob dois fundamentos: um epistemológico e outro político. Assim sendo, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes desqualificavam tanto a eficácia da vacina quanto as intervenções sanitárias. Como assinala Carvalho:

Em 1904, na iminência da passagem da nova lei, recorreram a verdadeiro terrorismo ideológico, apontando na vacina inúmeros perigos para a saúde, tais como convulsões, diarreias, gangrenas, otites, difteria, sífilis, epilepsia, meningite, tuberculose. Outro ponto em que os ortodoxos insistiam era a falta de competência do poder público para invadir o recesso dos lares, seja pela inspeção, seja pela desinfecção, seja pela remoção dos doentes, ou sequestro, como preferem dizer. Sua campanha se fazia através da imprensa e de folhetos impressos pelo Apostolado e distribuídos entre deputados e entre a população. (ibidem: 98)

Cumprido, desse modo, introduzir alguns argumentos que norteiam a crítica positivista em *Contra a vacinação obrigatória*, da autoria de Teixeira Mendes, não somente para corroborar com a observação acima, mas também para contrapor com posicionamentos levantados que desdenham a gravidade da SARS-Cov2 que serão apresentados na outra seção. Em sua argumentação científica, Teixeira Mendes assevera que a vacinação não se tornou experiência eficaz se compararmos a predisposição humana perante uma doença como a varíola:

Assim, para que o processo de vacinação fosse uma experiência científica, seria necessário que se pudesse comparar a predisposição do indivíduo para a varíola, nos dois estados de vacinado e não vacinado. Ora, esse cotejo é inexequível, porque ninguém sabe em que consiste tal predisposição, a qual é apreciada empiricamente, *à posteriori*, conforme o indivíduo apanha ou não a bexiga. Nessas condições, como não admitir até que a vacinação pode vir juntar-se às circunstâncias predisponentes para a varíola, quando se veem pessoas vacinadas contraírem varíola, e sob as formas mais graves mesmo?

(TEIXEIRA MENDES, 1904: 5)

Podemos observar que uma das objeções científicas dos positivistas quanto à vacina se assentava na ausência de estudos que sublinhavam propensão do organismo humano diante de uma moléstia advinda do meio. Outro fator problemático, que Teixeira Mendes retira da teoria biológica de Herbert Spencer, diz respeito às modificações das substâncias sólidas e líquidas do corpo humano, quando efetuadas pela vacina, podem trazer outros males nocivos ao próprio corpo (ibidem: 13). De fato, toda argumentação científica dos positivistas ortodoxos contra a eficácia da vacina era decorrente da condenação de Augusto Comte à teoria microbiana das doenças visto que ele reprovava as pesquisas microscópicas por acreditar que os microfenômenos estivessem submetidos a leis inacessíveis à racionalidade científica (MARITAIN, 1973: 305). Entretanto, segundo Gustavo Biscaia de Lacerda: “a eficácia das vacinas não estava determinada no início do século XX e o governo queria forçar pessoas e famílias inteiras a vacinarem-se, mesmo que elas não tivessem convencidas da eficácia de tal procedimento” (LACERDA, 2016: 91-92). No decorrer do século XX foi confirmado, ao contrário das objeções positivistas, que a vacinação é segura para prevenção de doenças, o que rechaça com certos corolários do positivismo científico.

Mas foram os argumentos éticos que enrijeceram a consistência da oposição do Apostolado Positivista contra a vacina. Remetendo ao próprio Teixeira Mendes:

De fato, admita-se, o que é falso, que está cientificamente demonstrado que um certo vírus premune contra a varíola sem demonstrar aliás, de qualquer forma, o organismo humano. A aplicação desse vírus supõe pelo menos a sua escolha. Ora, como atribuir-se ao governo temporal competência para garantir a capacidade moral e mental dos funcionários encarregados, quer da escolha do vírus, quer da sua comprovação e distribuição, *ao ponto de impô-lo a todos pela violência?* O mais vulgar bom senso faz perceber que a ignorância ou a má fé dos vacinadores oficiais bastaria para tornar perigosíssima uma prática que fosse em si mesma inocente. (TEIXEIRA MENDES, 1904: 35)

Sendo assim, o cerne da resistência positivista à vacinação de 1904 era precisamente o fato de ela ter sido *obrigatória*. Isso se explica por duas razões: primeiramente, Comte estabeleceu uma nítida separação entre os poderes temporal (referente ao governo) e espiritual (concernente à autonomia da sociedade civil). Por isso, quanto menos o aparato estatal sanitário interviesse na decisão dos indivíduos quanto à aplicabilidade da vacina melhor, não apenas pelo fato do cidadão ser livre, mas principalmente em respeito ao seu voluntário consentimento em submeter seu corpo a um agente interno. É propício inserir um dos comentários de Teixeira Mendes quando afirma que, longe de serem os positivistas os intolerantes, são os partidários da vacinação obrigatória que assumem esse papel porque “querem tiranizar os nossos corpos e os corpos dos que não crêem na sua onisciência e na sua onipotência médicas” (ibidem: 10). O outro motivo é que os positivistas, assim como os outros segmentos sociais, sobretudo os trabalhadores que tiveram seus lares destruídos, testemunharam o despotismo empreendido pelo governo de Rodrigues Alves, ancorado na política urbanista de Pereira Passos, que negligenciava o direito à privacidade e moradia dos cidadãos cariocas, principalmente os mais pobres.

Em relação às controvérsias atuais mediante a pandemia da Covid-19, podemos afirmar que os posicionamentos de grupos ultraconservadores, sendo eles bolsonaristas ou não, subestimam a gravidade da doença valendo-se não da ciência, mas precisamente do seu oposto: o negativismo científico. Outra forma de argumentação, que nesse caso assemelha-se à oposição intransigente dos segmentos republicanos brasileiros que se posicionaram contra a vacinação de 1904, repousa na asserção do respeito às liberdades civis. Por isso, nossa tarefa é averiguar cada uma dessas posições.

Uma vez que ainda não foi criada em laboratório uma vacina eficaz que combata os efeitos da SARS-CoV2, os grupos antivacina apresentam como “argumentos”

especulações que circundam em torno dos testes para a elaboração da vacina, do desdém acerca da gravidade da doença, e da conhecida “imunidade natural do rebanho”. Quanto à testagem da vacina, os grupos antivacina enfatizam que os testes em massa representam um dispositivo para impor à população a vacinação obrigatória. Ruth Helena Bellinghini assinala que para os chamados “antivaxx” (nome dados aos grupos que são contra a vacina), a proposta de testagem em massa da população estadunidense, por exemplo, figura uma fraude para que os governos tornem a vacinação obrigatória já que estes disporiam de dados sobre toda parcela da população sem anticorpos, obrigando-a se imunizar depois que a vacina contra a Covid-19 fosse descoberta. Tal argumento não se sustenta pelo simples fato de que, no Brasil, foi o próprio Governo Federal que recorreu à Justiça colocando em cheque a legalidade do monitoramento das aglomerações e do deslocamento dos cidadãos (BELLINGHINI, 2020).

No que tange à negligência a respeito dos graves sintomas acarretados pela doença, os segmentos negativistas afirmam que se trata de uma “gripezinha” ou um “resfriadinho” prescrevendo até mesmo medicamentos. Segundo Bellinghini, esses grupos insistem que a enfermidade do coronavírus não é grave, podendo ser curada sob os auxílios de vitamina D, alimentação saudável, exposição ao sol e com o uso da hidroxicloroquina. Donald Trump e Jair Bolsonaro se transformaram nos garotos-propaganda desse produto como medicamento, mas um dos assessores de Trump o desmentiu em público, e a *Food and Drug Administration* fez um alerta salientando que a droga só pode ser usada em ambientes hospitalares devido aos seus efeitos colaterais provocados em pacientes (BELLINGHINI, 2020).

A denominada “imunidade natural do rebanho” designa a asserção de que a doença deve seguir seu curso normal infectando populações já que a exposição ao coronavírus pode gerar imunidade. Uma recente pesquisa publicada na Espanha mostrou

que, após os exames de anticorpos feitos em 61 mil espanhóis, o resultado ratificou dados divulgados em caráter preliminar que apenas 5% da população espanhola apresenta os anticorpos contra o SARS-CoV2, o que significa que a maioria da população ainda não desenvolveu a imunidade coletiva contra o vírus, podendo ocasionar um alto número de mortes (SANTINHO, 2020).

Em suma, o que diferencia a argumentação positivista dos revoltosos contra a vacinação de 1904 e dos grupos conservadores atuais é que enquanto os primeiros tinham seus embasamentos arraigados numa epistemologia científica que não concebia a microbiologia como ciência de acordo com os ditames do positivismo de Comte, que foi superada ao longo do século XX, os últimos simplesmente não possuem argumentos científicos. Possuem apenas “especulações” vindas de teorias conspiratórias que rapidamente se disseminam nessa era da pós-verdade, mas são em seguida destituídas por não terem fundamento teórico.

O fundamento “ético-político” dos segmentos bolsonaristas e ultraliberais repousa na defesa dos “direitos individuais” dos cidadãos contra a desmedida ingerência estatal em questões de saúde pública. É oportuno inserir tópicos da argumentação de Carlos A. M. Gottschall, que pertença ao Instituto Mises. Primeiramente, o artigo afirma que, por causa da ausência de um método científico, a mídia orchestra um terrorismo coletivo a respeito da pandemia por meio de chavões, notícias sensacionalistas, estatísticas inseguras, uma vez que ela encontra-se desvinculada de orientação científica e pragmática (GOTTSCHALL, 2020). Gottschall não nega a emergência da vacina como possibilidade de combate ao vírus, mas advoga o confinamento parcial porque entende que nem todas as pessoas precisam ser infectadas para se tornarem imunes, assim como nem todas precisam de uma vacina. Como a parcela da população que contraiu o vírus já se encontra imune, então nem todos precisam se isolar por longo

tempo (GOTTSCHALL, 2020). Tal argumento se assemelha ao do Teixeira Mendes quando este ressaltou que como nem toda a população carioca tinha contraído a varíola, em 1904, somente aos infectados deveria ser aplicada a vacina. Considerando que os infectados assintomáticos também são transmissores de vírus, logo pode ser constatada a banalidade dessas afirmações. Mas o que Gottschall realmente insiste é que o isolamento radical agride diretamente os direitos humanos, visto que a população fica sujeita a medidas discricionárias autoritárias que obrigam o confinamento, uso de máscaras, entre outras, por autoridades políticas que só visam a benefícios eleitorais, eficazes na prepotência de punir, proibir e multar (GOTTSCHALL, 2020).

Contudo, o autor ressalta que o confinamento radical imposto pelas autoridades torna uma imensa população desassistida pagar por uma conta que não é sua, resultando nas empresas falidas e no desemprego (GOTTSCHALL, 2020). Nota-se assim a falácia de um membro que pertence a um setor empresarial ultraliberal, que é o Instituto Mises, que procura “protestar em defesa de cidadãos oprimidos” quando, na verdade, ofusca seus próprios interesses já que existe uma forte possibilidade de falência de muitas empresas devido à pandemia. Gottschall nem por um instante indaga que, apesar da epidemia ser realmente uma fatalidade gerando grande crise econômica, essa adversidade decorre igualmente da falta de investimento estatal na saúde que é justamente o que seu grupo apregoa. Além disso, muitos segmentos que participaram da Revolta da vacina em 1904 tinham motivo para pleitear seus direitos sociais em contraposição a um projeto autoritário, elitista e excludente, já que uma parcela da classe operária que teve suas condições de vida agravadas fazia parte do movimento. O mesmo não ocorre com Gottschall e seu grupo de liberais que, apesar de ter o direito de se manifestar sobre qualquer questão social, não traduz os genuínos interesses dos trabalhadores. Basta compará-lo com Teixeira Mendes. Este positivista, mesmo sendo

oriundo de uma classe média com certos privilégios, sobretudo na passagem do século XIX ao XX no Brasil, foi um dos pioneiros do trabalhismo ao elaborar uma legislação avançada em defesa dos operários da sua época, o que desvela sua dignidade e honestidade diante das questões de cidadania. Só esse fato o difere muito do autor do Instituto Mises cuja agremiação defende o fim dos direitos trabalhistas.

As resistências de ontem e de hoje em torno da vacinação indicam os equívocos dos atores sociais inseridos nesses contextos. Tais incorreções resultam da intransigência de posicionamentos epistemológicos ou, por outro lado, da mera desinformação, resultando em ações políticas em nome da coletividade. No entanto, devemos atentar ao cenário histórico onde eclodem essas manifestações, assim como as motivações políticas dos atores envolvidos, a fim de não incorreremos no perigo de colocar todas as lutas em prol da cidadania no lugar-comum da banalidade.

Referências bibliográficas:

BELLINGHINI, Ruth Helena. “Antivacinas e antiquarentena se encontram no negativismo científico”. Disponível em: revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2020

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOTTSCHALL, Carlos A. M. “Coronavírus: muitos erros, nenhum acerto, e o paroxismo da estupidez”. Disponível em: mises.org.br/article/3264

LACERDA, Gustavo Biscaia de. *Laicidade na I República Brasileira: Os Positivistas Ortodoxos*. Curitiba: Appris, 2016

MARITAIN, Jacques. *A Filosofia Moral*. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. *Progresso e Autoritarismo no Brasil*. São Paulo: Pensieri, 1992.

SANTINHO, Renato. “Estudo conclui que imunidade ‘de rebanho natural’ contra Covid-19 é inviável”. Disponível em: olhardigital.com.br/coronavírus/noticia/estudo

TEIXEIRA MENDES, Raimundo. *Contra a vacinação obrigatória*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1904.

OS IMPACTOS CAUSADOS PELA POLÍTICA NEOLIBERAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Richarde dos Santos Franco⁴

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa os impactos das políticas neoliberais sobre os movimentos sociais. Busca precisamente compreender como a institucionalização de organismos de reivindicação e ação social pode ser prejudicial para as causas que visem uma emancipação do controle advindo do sistema capitalista.

Na década de 1990 o cenário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington⁵ mina as bases do Estado Social na América Latina, o sistema econômico adentra a seara dos movimentos sociais — com raríssimas exceções — modificando não apenas suas formas de luta, mas principalmente sua disposição para a luta. Estas mudanças, combinadas ao processo de financeirização do capital, foram as principais responsáveis pelas transformações ocorridas na relação entre Estado, políticas sociais e movimentos sociais. Relação essa que imprime as novas configurações da luta de classes. (CISNE, 2007: 2).

Na primeira década deste milênio, fortaleceram-se as ONGs e entidades do terceiro setor – que antes serviam apenas de apoio aos movimentos sociais populares. Estes últimos enfraqueceram-se e tiveram de alterar suas práticas, ser mais propositivos – participando dos projetos das ONGs – e menos reivindicativos ou críticos. No Brasil, o número de manifestações nas ruas diminuiu e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram

⁴ - Mestrando do Programa de Sociologia Política do IUPERJ / UCAM. Membro do Laboratório e Movimentos Sociais e Mídia (LMSM)

⁵ Uma série de recomendações políticas econômicas cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D.C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, medidas estas que justificariam a liberalização macroeconômica para o capital externo e diminuiriam a presença do Estado em diversos setores. (Williamson, 1990: 8 – 17).

a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social etc.

A partir de uma interpretação do ambiente posto aos movimentos classistas após o período de implantação das medidas oriundas do Consenso de Washington (Williamson, 1990), anteriormente citado, o presente artigo toma como norte a seguinte questão-problema: De que forma o Estado e/ou as forças do capital internacional influenciam na desmobilização de um organismo de luta formado na sociedade civil organizada?

Para alcançar tal objetivo o artigo terá sua base na bibliografia de autores como Cisne (2007), Gohn (2011), Houtart (2007), Touraine (1997) e outros. A justificativa para este estudo se encontra na oportunidade de contribuir nos estudos das ciências sociais que versem sobre as mutações que ocorrem nos espaços abstratos de lutas de classes durante esse processo gradual e cíclico de reinvenção do modelo de acumulação de capital.

O ENFRAQUECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E O FAVORECIMENTO ÀS ONGS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS LUTAS POPULARES

Em um primeiro momento, é preciso delimitar o que são os movimentos sociais. Gohn (2011) define os movimentos como “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam a população formas distintas de se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011: 335). Dessa forma, movimentos sociais aglutinam pessoas não pela simples ordem numérica, mas pela assimilação de campo de atividades, interesses e experimentação social. A materialização dessa força política se reflete nas estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Houtart (2007: 462) por sua vez, descreve os movimentos sociais como frutos de contradições que se globalizaram. Ambos os autores concordam com Touraine (1997:10) na afirmação de que os movimentos sociais são o pulsar da sociedade, simbolizando uma resistência ao que o autor define como: “uma modernização que resulta na sua submissão e exploração” (TOURAINÉ, 1997:10).

Para a existência de um movimento social é necessária a percepção de objetivos como metas de ação, mas para este movimento existir no tempo necessita passar por um processo de institucionalização. Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social. A problemática que envolve os movimentos sociais em sua origem é a possibilidade da perda do objetivo emancipatório na luta de classes (HOUTART, 2007: 460), essencial para um movimento social representante de classes oprimidas dentro do sistema capitalista. Uma hipótese que leva a este resultado é a criação de uma dialética constante entre metas e organização dentro do próprio organismo representativo, fazendo com que a lógica de reprodução do modelo de subsistência se sobreponha ao objetivo principal do movimento. Um exemplo citado por Houtart (2007) é a de sindicatos operários e os partidos de esquerda:

Foram iniciativas dos trabalhadores em luta que com o tempo transformaram-se em burocracias que definiam suas tarefas em termos somente defensivos, quer dizer em função da agenda do adversário e não do projeto de transformação radical do sistema. No caso particular dos partidos políticos, é a lógica eleitoral que prepondera sobre o objetivo original e que define as práticas, o que significa uma lógica de reprodução e não uma perspectiva de mudança profunda revolucionária. Isso não impede a presença de muitos militantes autênticos nestas organizações, mas significa que estão encerrados em uma lógica que os ultrapassa (HOUTART, 2007: 463).

Adentrando a abordagem sobre o necessário processo de institucionalização dos movimentos sociais. Podemos conceber como alternativa de sobrevivência destes organismos institucionalizados, os recursos provindos do capital. Dessa forma, há um progressivo movimento de institucionalização dos movimentos sociais – representantes da luta da classe trabalhadora – em Organizações Não-Governamentais (ONGs), facilitando o controle hegemônico do capital nos âmbitos social, político e econômico. E este controle se dá, fundamentalmente, devido à dependência financeira – que se desdobra na dependência política – das ONGs às suas agências financiadoras.

Essas reflexões nos levam a crer na necessidade de resgatar a perspectiva classista dos movimentos sociais, ou seja, eles devem ter como cerne e ponto comum a luta de classes. Contrário a essa perspectiva, apresenta-se o processo, em curso, da progressiva institucionalização dos movimentos sociais em ONGs.

Essa perspectiva de atuação das ONGs – como um instrumento do capital e sem o controle do seu objetivo emancipatório – é percebida nos anos 1990, década na qual estas instituições se proliferaram em dimensões gigantescas. É válido ressaltar que o contexto histórico neoliberal citado na introdução deste artigo propicia a institucionalização e à desmobilização dos movimentos sociais classistas (CISNE, 2007:

4).

De aliada dos movimentos sociais, as ONGs, na década de 1990, passam a ser “parceiras” do grande capital. Sobre essa guinada da atuação das ONGs, Joana Coutinho (2005: 58) destaca:

Se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de “filantropia empresarial”; **mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital**, como é o caso das Fundações *Ford*, *Rockefeller*, *Kellogg*, *MacArthur*, entre outras. (COUTINHO, 2005: 58).

É com esse direcionamento político que as ONGs sucumbem aos interesses capitalistas em detrimento da luta de classe, ao passo que têm como mantenedores representantes do grande capital. Com isso, muitas vezes, as ONGs limitam sua atuação às exigências de seus financiadores, correspondendo, por conseguinte, aos interesses dos mesmos, ainda que venha ferir os interesses da classe trabalhadora.

As relações que implicam uma característica de dependência/subordinação destes movimentos, mascaradas pelo discurso de “parceria”, contribuem para descaracterizar o movimento como luta social. Ademais, há uma competição entre essas ONGs na disputa pelos investimentos, o que fragmenta a identidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o potencial do seu poder combativo ao capitalismo. Neste sentido, Mirla Cisne (2007) disserta sobre as benesses da fragmentação dos sujeitos diante do capital liberal, na seguinte passagem de seu livro, ela aborda essa questão levantando a bibliografia de outra autora que dialoga sobre o assunto, Ellen Wood (2003):

Num mundo fragmentado composto de “sujeitos desencontrados”, no qual conhecimentos totalizadores são impossíveis e indesejáveis, que outro tipo de política poderia existir, senão uma espécie de radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal? [...] Existiria, na prática, obstáculo maior a qualquer coisa além das resistências locais e particulares ao poder global e totalizante do capitalismo do que o sujeito fragmentado e descentrado? (WOOD, apud CISNE, 2007: 5).

Por fim, há uma falsa ideologia que se difunde no campo da aparência sobre a imagem das ONGs como entidades “progressistas”, quando estas, na verdade, representam um movimento anti-revolucionário. Essa análise se confirma à medida que há um distanciamento perceptível da luta concreta e radical contra as desigualdades sociais. A análise que fica é a de uma ausência de um compromisso real com a eliminação das desigualdades sociais por parte das ONGs, um compromisso que vá além do discurso formal de luta por “cidadania”, “justiça”, “paz”, “direitos humanos”, pontos tão retoricamente difundidos por estes organismos. Deste modo, os movimentos sociais, progressistas ou não, vêm se redefinindo na perspectiva de criar espaços no interior do capitalismo e não mais objetivam o enfrentamento ou o desafio direto ao capital, retoma-se aqui o conceito difundido por Houtart (2007) sobre a necessidade de uma dialética entre metas e organização nos movimentos sociais, sob pena de perda do caráter intrínseco dos movimentos sociais, que é refletir as contradições entre os anseios da sociedade com os objetivos do capital.

Resgatar o papel político de radicalidade contra o capitalismo exige o fortalecimento dos movimentos sociais classistas. De outro modo, o entrave da perda de autonomia das lutas sociais em torno das ONGs, devido à dependência junto às suas financiadoras impede qualquer planejamento de mobilização que possa vir a atingir as agências de fomento, como demonstrado Joana Coutinho (2005: 61):

Como devem prestar contas a suas financiadoras, e encaminhar relatórios periódicos para as suas mantenedoras (em relações simbióticas com os seus governos), a autonomia dessas organizações é, no mínimo, questionável.

Em situação diferente estão os movimentos sociais organizados, como é o Movimento dos Sem Terra no Brasil e dos camponeses indígenas no Estado de Chiapas no México: o uso e desuso das “doações” que recebem das ONGs estrangeiras estão vinculados às ações diretas do movimento, e não de um trabalho específico e focalizado. (COUTINHO, 2005: 61).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considerando o conteúdo exposto no presente artigo. Obtemos uma reflexão contextualizada sobre como o processo de aplicação do modelo econômico neoliberal, gerado pelo Consenso de Washington, gerou despertar na institucionalização dos movimentos sociais em Organizações Não Governamentais. Através da análise proposta percebemos como é possível a submissão dos movimentos sociais, bem como de seus objetivos emancipatórios, aos interesses do capital – por conta da necessidade destes organismos se manterem na própria sociedade capitalista.

Os conceitos de Houtart (2007) sobre essa perda de seu objetivo emancipatório (ou seja, perda da dialética necessária entre metas e organização) no processo de luta de classes, por parte dos movimentos sociais, nos auxilia a compreender como esse processo de institucionalização da luta social por parte do capital. A inserção das ONGs serviu ao grande capital para, sob a égide de uma organização de mediação social entre o Estado e a ação social comunitária, existisse um organismo externo. Diante de uma visão analítico-crítica sobre a luta de classes permanente em nossa sociedade capitalista, a participação de uma organização da sociedade civil em projetos de políticas públicas

Estatais (financiadas pelo grande capital), inviabiliza o objetivo central da emancipação dos trabalhadores dessa própria entidade civil organizada.

A política de descentralização abre espaço para o mercado possa captar os meios de luta por interesses dos que estão/serão oprimidos. Dessa forma, precisamos reforçar a necessidade de um movimento classista que tenha como horizonte a emancipação humana. E nesta perspectiva, romper com o processo de desconstrução da essência humana – manipulação alienatória – tão fortemente presente na ideologia e na forma de organização capitalista contemporâneas,

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. “Institucionalização dos movimentos sociais: uma reflexão sobre luta de classe na contemporaneidade”. In: V Colóquio Marx e Engels. GT4: Relações de classe no capitalismo contemporâneo. Campinas: novembro de 2007.

COUTINHO, Joana. “ONG’s: caminhos e (des)caminhos”. In: *Revista Lutas Sociais*, n° 13/14 – 1° semestre. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), 2005.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v.16, n.47, p. 333-361, 2011.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 ISBN 978987118367-8

TOURAINÉ, Alain. (1977), Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.

Williamson, John. 1990. *The Progress of Policy Reform in Latin America*. HE, Washington.

AUTORITARISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: BOLSONARO E O COVID-19

Fernando Antonio da Costa Vieira⁶

E então, o que víamos nos filmes de ficção, como Contágio⁷, aconteceu: uma pandemia se alastrou e impotentes, nos vimos reduzidos a uma quarentena forçada. Nada de novo na história da humanidade. O convívio com pestes é uma constante e o fato de termos sobrevivido a tantas mostra uma resiliência ante a ação da natureza.

Surtos epidêmicos provocaram impactos profundos sobre a população, economia e cultura. A epidemia de varíola trazida pelos espanhóis dizimou as forças astecas em 1521, levando a conquista sobre o atual território do México. No Brasil, a varíola trazida pelos portugueses, em contínuos surtos ao longo do século XVI, dizimou a população indígena que habitava o litoral. E nem comentamos sobre o impacto cultural e econômico da Peste Negra na Eurásia, em especial, no Mediterrâneo, provocando uma crise demográfica sem precedentes.

A Peste Negra provocou profundos impactos na Europa, a letalidade da doença deixou as autoridades das cidades em alerta buscando conter o avanço da doença. Frei Michele dei Piazza, monge franciscano, membro de uma Ordem que caminhava entre os pobres e deserdados da Europa católica, foi um observador atento do que se passava. Deixou um pequeno opúsculo intitulado “Um relato sobre o início da peste”, em que aponta:

No começo de Outubro, no ano 1347 da encarnação do Filho de Deus, doze galeões Genoveses que estavam fugindo da vingança de nosso Nosso Senhor, vingança essa lançada contra seus feitos nefastos, entraram no porto de Messina. Em seus ossos traziam tão virulenta doença que qualquer um que tão somente falasse com eles enfrentaria seus sintomas mortais e

⁶ - Professor adjunto do Programa de Pós Graduação em Sociologia política do IUPERJ / UCAM. Coordenador do Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia.

⁷ - Filme de 2011 dirigido por Steven Soderbergh.

logo sucumbiria sem esperanças de evitar a morte. A infecção se espalhou para todos que tiveram intercurso com os doentes. Os infectados se sentiam penetrados por uma dor que se fazia sentir por todo o corpo e, por assim dizer, indeterminada.⁸

O frade aponta uma das características da peste: a quebra das relações sociais. A família foi desagregada, com casais abandonando seus pares à própria sorte, filhos largando seus pais, a própria igreja deixando de cumprir seu papel espiritual. Vejamos o que escreveu:

Em breve os homens se odiavam tanto que se um filho fosse atacado pela doença seu pai não cuidaria dele. Se, apesar de tudo, ele ousasse se aproximar também se contaminaria e estaria marcado para morrer em três dias. E isso não era tudo, todos aqueles habitando a mesma casa que ele o seguiriam à morte. Conforme o número de mortes crescia em Messina muitos desejavam confessar seus pecados aos padres e expressar seus últimos desejos colocando-os em seus testamentos. Mas eclesiásticos, advogados se recusavam a entrar nas casas dos doentes. Mas se algum deles colocasse um pé dentro da casa do doente ele era imediatamente abandonado para a morte súbita. Freiras, Dominicanos e membros de outras ordens que ouviam as confissões dos moribundos eram logo subjugados pela morte tão rapidamente que alguns nem chegavam a abandonar o quarto do doente.⁹

A literatura europeia foi impactada pelo fato. Boccaccio em seu Decamerão descreve os impactos da peste em Florença. Séculos depois, vivendo em uma cidade constantemente afetada pelas epidemias, Willian Shakespeare que ao

longo da sua existência, o dramaturgo atravessou diversos períodos de epidemia, muitos dos quais obrigaram ao fechamento dos teatros. Eram períodos de distanciamento social, ao lado de outras medidas inúteis, como o sacrifício de

⁸- Frei Michele de Piazza. Um relato sobre o início da peste. In: <https://ongpraxis.files.wordpress.com/2011/05/a-pestes-negra.pdf>.

⁹ - Ibidem Idem.

gatos e cachorros, queima de ervas, ou uso de poções fabricadas por charlatões, de grande aceitação pelos incautos (Muylaerte, 2020:34).

O escritor inglês usou das sua convivência com pestes e isolamentos sociais para criar o desfecho de uma de suas mais famosas obras: *Romeu e Julieta*.

João: Meu irmão franciscano! ó de casa!

Lourenço: Esta voz me parece do irmão João.

Bem-vindo seja! E Mântua? E Romeu?

Se ele me escreveu, me dê a carta.

João: Atendendo ao pedido de um irmão descalço

de nossa ordem, que pedia ajuda

pra socorrer doentes de uma vila,

fomos detidos pelos vigilantes

e trancados numa casa onde morria

um cristão. E a suspeita era: peste!

E assim não pude prosseguir viagem. (Pignatari, 1990: 166).

E por conta do isolamento social, a carta que deveria chegar até Romeu não é recebida, desencadeando o drama que finaliza a saga dos dois amantes de Verona. A ideia de assinalar a peste na Itália, mais do que uma saída poética para a dramaticidade que irá concluir a peça, ressalta a capacidade do dramaturgo inglês em resgatar memórias vividas, na Inglaterra e na Itália dos séculos XVI e XVII. Em especial, a política de quarentena imposta nas cidades italianas visando evitar a propagação das epidemias.

Acredita-se que a prática de quarentena tenha nascido na Itália do século XIV. As cidades litorâneas italianas, por conta da Peste Negra, criaram um período em que navios oriundos das áreas afetadas pela peste, não poderiam desembarcar seus tripulantes, os “quaranta giorni” que passou a ser conhecido como “quarantino”. A ideia era isolar a tripulação esperando a manifestação da peste e sua letalidade. Dessa forma, somente os tripulantes teriam contato e se contagiariam. Após a “quarantino” não

haveria risco de contágio e os sobreviventes poderiam viver suas vidas normalmente.

O avanço da pandemia de COVID-19 no mundo, retomou a medieva prática da quarentena. Governos adotaram a reclusão fechando escolas, comércio e outros serviços considerados não essenciais. Na China, país em que se verificou o primeiro ciclo da pandemia, a estratégia funcionou ao ser acompanhada de outras medidas, como por exemplo, a testagem em massa da população, a criação de hospitais específicos para o atendimento dos infectados entre outras medidas.

Em geral, no mundo, as estratégia chinesa foi acompanhada. A OMS (Organização Mundial da Saúde) endossou as medidas e conclamou um esforço coletivo global para a contenção do vírus. Conclama que encontrou ressonância na maioria dos governos, em especial, na Europa Ocidental, com Alemanha, Portugal, Itália, França, Espanha com maior destaque.

Entretanto, alguns governos assumiram posições negacionistas, minimizando a pandemia, seus efeitos e questionando a atuação da OMS. Para alguns, como Trump nos EUA, a pandemia serviu para reforçar sua guerra comercial com a China. Questionando a OMS, Trump passou a denominar o COVID-19 como o “vírus chinês”, além de assinalar que a China criou o vírus em laboratórios visando uma pandemia global que lhe daria a hegemonia mundial. Desqualificando orientações de especialistas em infectologia e pandemia, Trump se colocou contra a quarentena, contra o uso de máscaras e sugeriu a ingestão de desinfetante para combater a pandemia.

Boris Johnson, 1º ministro britânico, inicialmente reproduziu o desdém trompista ante a pandemia. O avanço da doença no país, o fato de ele mesmo ter sido infectado, levou-o a um novo olhar e a mudar radicalmente sua ação. Implementou a quarentena, impôs o uso de máscaras, procurou ampliar a assistência médico-hospitalar e conseguiu conter o avanço do vírus.

E o Brasil? Temos um caso especial aqui. Empossado em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro rapidamente viu ruir seu apoio junto à sociedade. Com um projeto político baseado no confronto político contra adversários reais e imaginários, tem governado investindo em confrontos e com uma agenda que atende a dois grupos:

- Os fundamentalistas evangélicos que desejam impor ao país uma agenda moralistas nos costumes se contrapondo aos avanços em direitos contraceptivos, na defesa da comunidade LGBTQI, contrários aos avanços em direitos das mulheres, entre outros pontos;
- O conservadorismo que tem no astrólogo Olavo de Carvalho seu mentor intelectual, e que resgata uma linguagem da Guerra Fria defendendo uma ação higienizadora na política externa, educação e cultura visando derrotar uma agenda esquerdista defensora do globalismo e ligada ao projeto do chamado marxismo cultural que visa destruir as bases cristãs do mundo ocidental.

Excluindo em sua política o conjunto da sociedade brasileira, assumiu o que Marcos Nobre chamou de política da guerra para ele, a

cultura política bolsonarista segue a lógica da guerra – e a cultura da morte que a acompanha. É uma política de morte que considera conversa-fiada a ideia de que a disputa política se faz sobre um terreno comum compartilhável. Quando a política se torna guerra, só o que existe é uma luta de vida ou morte, em que apenas um lado pode sobreviver. A política de guerra inviabiliza a convivência democrática, em suma (Nobre, 2020:10).

Essa política excludente e agressiva que atende e mobiliza as parcelas mais radicais do bolsonarismo tem o risco de se esvaziar em si mesma, uma vez que seu

público é reduzido. No entanto, ela serve para sedimentar o que é central em Bolsonaro: seu desejo de romper com as práticas democráticas no país e impor um regime autoritário. Buscando isso, incluiu um terceiro ator no jogo político, os militares.

A inexistência de quadros confiáveis e competentes junto aos fundamentalistas evangélicos e aos conservadores levou Bolsonaro a povoar seu governo de militares na reserva e na ativa para compor a burocracia estatal. O respaldo militar alimentou e alimenta o projeto autoritário personalista de Bolsonaro.

Junto aos oficiais das Forças armadas, Bolsonaro assumiu sua aproximação com policiais militares, abraçando e apoiando candidaturas de oficiais e sargentos da PM em todos os estados do país. Sua postura dúbia, diante da greve da PM no Ceará em fevereiro de 2020, explicitou os laços umbilicais entre o governo e essa corporação.

Entretanto, os três grupos citados não lhe garantiriam a eleição. Bolsonaro soube se posicionar como um candidato crítico do sistema. Sistema, para a sociedade encarnaria o modelo político marcado por escândalos políticos e corrupção. Nesse momento entrou em ação um novo ator importante: a Operação Lava Jato e o juiz Sergio Moro.

Travestido de vestal da moralidade pública, ancorado por sua paladino, o procurador Deltan Dallagnol, Moro iniciou um sistemático ataque a políticos de tradicionais partidos de centro-esquerda e, em especial, ao PT. Para a classe média, ressentida com a perda do que considerava seus privilégios, tais como, acesso às universidades públicas, monopólio sobre viagens aéreas e, não menos importante, a manutenção de relações exploratórias patriarcais contra as domésticas, todas em maior ou menor escala erodidas pelas políticas sociais dos governos petistas.

Moro deu vida a uma entidade abstrata que se configurava no “Fora PT”. O lavajatismo tornou-se uma prática política para excluir lideranças políticas de esquerda

com capilaridade política, caso de Lula, condenado sem existência de provas materiais, mas por convicção e ódio classista encarnado pela classe média.

Nesse contexto, o medíocre deputado federal por mais de 30 anos, Jair Bolsonaro, se travestiu em homem antissistema. Se escorando na Lava jato, prometendo manter o combate à corrupção, Bolsonaro se aproximou do juiz Sergio Moro recebendo um apoio oficial, isto é, a notícia que a delação premiada de Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda de Lula, acusava-o de corrupção ativa - delação que em agosto de 2020 foi declarada nula pela Polícia Federal com a afirmação que todas eram baseadas em notícias de jornais sem comprovações materiais – a poucos dias da eleição do presidencial de 2018. O prêmio de Moro e do eleitorado lavajatista foi a indicação do juiz para o Ministério da Justiça. Com isso, Bolsonaro assumia um compromisso com o combate a corrupção e se tornava palatável para os segmentos médios urbanos conservadores, porém, críticos de governos autoritários.

Entretanto, a paralisia do governo em todos os setores, mas especialmente na educação, meio ambiente, cultura, somada a incapacidade do ministro Paulo Guedes em apresentar uma proposta que recompusesse a economia do país, que não passasse pelo aprofundamento da austeridade e recessão, mesmo tendo aprovado uma reforma previdenciária que cristalizou os benefícios de militares e policiais militares, erodiram a popularidade do presidente entre 2019 e 20210

A crise da pandemia acelerou a percepção da sociedade de que o governo era incapaz de conduzir o país. Troca de ministros, minimização da doença e de seus impactos na sociedade, negacionismo, defesa de um remédio sem comprovação científica, adoção de uma campanha de críticas contra a Organização Mundial da saúde (OMS). Eis a marca da gestão Bolsonaro.

Diante da pronta ação dos governos estaduais que iniciaram o isolamento social,

Bolsonaro optou pelo enfrentamento a essas medidas. Diante da erosão de sua base popular - é bom lembrar, que ao se apresentar como antissistema, Bolsonaro procurou estar em contato direto com seus eleitores, sua base de apoio mediante lives nas redes sociais – Bolsonaro assumiu a radicalização do discurso de guerra. Eles, os governadores, prefeitos que não concordam com o presidente querem destruir o governo e, conseqüentemente, o país. O negacionismo se apresentou como uma tentativa de se manter como ator central nesse momento.

No entanto, o aumento do contágio e de mortes cobrou seu preço! Em 20 de maio de 2020, nos primeiros meses de pandemia no país, pesquisa XP / Ipsesp apontou que 50% consideravam sua gestão ruim / péssima. Embora, sua aprovação estivesse em 27%, mantendo seu 1/3 de aprovação desde sua posse.¹⁰

Esther Solano e Camila Rocha fizeram uma pesquisa com minigrupos em plataformas onde tinham um contato visual com os entrevistados que respondiam um roteiro previamente traçado.¹¹ na primeira parte datada de 18 de maio de 2020, entre os entrevistados que se apresentavam como fiéis seguidores de Bolsonaro, havia a percepção de que ele estava sendo boicotado, impedido de trabalhar pelo sistema, o que se agravou com a pandemia.

Você só pode julgar um presidente a partir do momento que acabou o mandato dele. Você não pode fazer o julgamento de uma pessoa que está começando um trabalho. Daqui quatro anos a gente vai falar “ele foi bom” ou “ele foi ruim”, mas ninguém quer deixar ele trabalhar. Você vê que toda hora é uma coisinha, toda hora uma coisinha, uma coisinha... Ele não é o presidente de quem votou nele, ele é o presidente de um país. Então acho que todo mundo tinha que dar um crédito para ele. Se não for bom, não vota nele na próxima eleição. É assim,

¹⁰ - Solano, E. e Rocha, C. Bolsonarismo em crise? Friedrich Ebert Stiftung. In: <https://b-ok.lat/book/3648831/0d6c3b>. Copiado em 15 de julho de 2020.

¹¹ - *ibidem* *idem*.

é fácil. (Homem, 56, bolsonarista fiel). (Solano e Rocha, 2020:5).

Já os que se apresentavam como apoiadores, porém críticos, Bolsonaro seria o cara que implementaria um governo duro, firme e honesto. No entanto, a pandemia não o levou a adotar as medidas acertadas, o que o enfraqueceu no governo. Por fim, os eleitores que passaram a apoiar a saída de Bolsonaro perdeu o foco, perdendo o tempo em brigas com a Globo, o PT, a esquerda, etc.¹²

A continuidade da pandemia e seu isolamento político que se ampliou com a saída do juiz Sergio Moro de seu governo, após acusar o presidente de buscar interferir visando a proteção de seus filhos na Polícia Federal do Rio de Janeiro, resultaram na radicalização de Bolsonaro que flertou diretamente com o golpe.

Os seguidores mais radicais do bolsonarismo e do conservadorismo ligados ao astrólogo Olavo de Carvalho, organizaram atos, carretas assumindo a aberta defesa do fechamento do Congresso e do STF. O retorno a um governo autoritário que impusesse a censura e reprimisse a oposição, acusada genericamente de “esquerda”. Utilizando uma rede de influenciadores midiáticos que usam das redes sociais para espalhar fake News favoráveis ao governo e atacar os opositores, Bolsonaro tentou arregimentar o comando militar para sua empreitada.

O crescimento do contágio da COVID-19 e a elevação do número de mortes incapacitou o avanço do seu projeto. As reações, mesmo entre as classes médias urbanas que desde março externavam seu descontentamento mediante painéis diários, e a dura reação do STF quando atacado fisicamente pelas hostes bolsonaristas somada ao fato da cúpula militar não ter dado aval ao golpe conteve o ímpeto golpista.

No entanto, após o país ter ultrapassado a marca de 500 mil mortos em 19 de junho de 2021, e o retorno de Lula ao jogo eleitoral, somado à contínua inexistência de

¹² - *ib.id.*

qualquer política pública na saúde, o governo desde a pandemia tem o quarto ministro da saúde, continuam a ameaçar a sobrevivência do governo. Diante disso, Bolsonaro tem utilizado nova estratégia: depois de apresentar uma proposta de auxílio emergencial para os setores mais vulneráveis de 200 reais que foram modificados para 600 pela atuação da Câmara de Deputados, Bolsonaro assumiu a paternidade do projeto e busca alavancar sua popularidade. Em 2021, novamente o auxílio foi aprovado, com valor reduzido em 150 reais para famílias com duas ou mais pessoas e 250 reais para famílias dirigidas por mulheres.

Em 25 de junho de 2021, o instituto IPEC¹³ divulgada aponta que Lula com 49% das intenções e voto venceria Bolsonaro (23%) no 1º turno de 2022. Com a perspectiva dos mortos ultrapassarem 700 mil óbitos e o avanço da CPI da Covid que aponta corrupção dentro do governo como causa dos atrasos para a compra de vacinas, fica claro que mais de 100 mil mortos em sua conta, o horizonte bolsonarista não parece muito favorável.

BIBLIOGRAFIA

MUYLAERT, Eduardo. **Shakespeare em meio à peste**. In: 451. N° 30. Junho, 2020.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final. A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. SP:

Todavia, 2020.

PIGNATARI, Décio. **Retrato do amor quando jovem**. SP: Cia. Das Letras, 1990.

8OLANO, Esther. e ROCHA, Camila. **Bolsonarismo em crise?** Friedrich Ebert Stiftung. In: <https://b-ok.lat/book/3648831/0d6c3b>.

¹³ - <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/25/lula-tem-49percent-bolsonaro-23percent-ciro-7percent-doria-5percent-mandetta-3percent-no-1turno-aponta-pesquisa-ipecc-ghtml>